

SERÁ A HISTÓRIA UMA CIÊNCIA: UM PANORAMA DE POSIÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

IS HISTORY A SCIENCE: A OVERVIEW OF HISTORIOGRAPHIC POSITIONS

José D'Assunção Barros¹

UFRRJ: <http://orcid.org/0000-0002-3974-0263>

DOI: <https://doi.org/10.21680/1982-1662.2020v3n27ID18662>

Resumo

O artigo propõe-se a revisitar uma antiga questão: será a História uma Ciência? Busca-se elaborar um panorama das diferentes posições entre as quais se dividiram os historiadores diante desta questão, evocando as obras onde estes se colocaram diante do debate da cientificidade da História. O debate acerca da relação entre a historiografia e a interação entre objetividade e subjetividade também é apresentado, assim como a discussão acerca da possibilidade de que a História também se apresente como uma forma de arte.

Palavras-Chave: Historiografia; Ciência; Cientificidade; Arte; História.

Abstract

The article proposes to revisit a classic question: Is History a Science? The aim is to elaborate an overview of the different positions between that divided historians on this issue, evoking the works where they have been placed in relation to the debate of the scientificity of history. The debate about the relationship between historiography and the interaction between objectivity and subjectivity is also presented, as well as the discussion about the possibility that history also presents itself as an art form.

¹ Email: jose.d.assun@globomail.com.

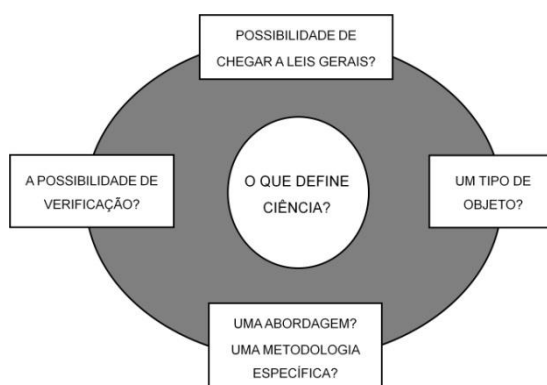
Keywords: Historiography Science; Scientificity; Art; History

História e Ciência

Quando se examina comparativamente o início de século XX e o início do século XXI, com vistas a compreender as mudanças do papel da Ciência na sociedade, alguns contrastes sobressaem. Vivemos hoje em uma época da história contemporânea na qual a Ciência é frequentemente chamada a conviver com concepções alternativas e questionamentos que postulam a possibilidade de se atingir conhecimento por outros meios que não apenas os autorizados pelos procedimentos científicos: pela intuição, pela imaginação, pela experiência mística, pela Arte. Tal como já assinalava Jonathan Culler em um ensaio publicado em 1982 com o título “Sobre a Desconstrução” - em plena fase de maior intensidade do debate sobre a Pós-Modernidade - a Ciência era vista pelos modernistas e estruturalistas da primeira metade do século XX como o máximo produto da modernidade. A Ciência era de fato “o alfa e o ômega dos modernistas e dos estruturalistas”, tal como em um texto de 1989 sobre *Historiografia e Pós-Modernismo* afirma Frank Ankersmit, que em seguida dá a perceber o desinteresse dos pós-modernistas e pós-estruturalistas em discutir o papel da Ciência no mundo contemporâneo. Este complexo debate, e estes mesmos deslocamentos relativos aos interesses em discutir a validade ou não de admitir um estatuto científico para a sua própria prática, também atinge os historiadores. Entre estes, é já bastante antiga a discussão sobre o estatuto epistemológico da História: Será uma Ciência? Que tipo de Ciência? É também um Discurso, uma Arte? Trata-se de uma discussão que tem ela mesma uma história, cheia de distintas tomadas de posição, de mediações e combinações, de afirmações e rejeições da cientificidade da História, de redefinições do próprio conceito de “cientificidade” de modo a ajustar o conhecimento histórico com vistas a permitir a sua integração a um certo quadro de disciplinas. No Brasil, o debate estava bem vivo nos anos 1980, nos anos 1990 ele retrocede, embora sem perder o interesse. No início do século XXI, ou já mesmo a partir da última década do século XX, ele retorna como uma sombra para trazer à contraluz um outro debate, que pergunta se a História é um Discurso, se

aproxima-se da ficção, ou mesmo se é possível um conhecimento histórico confiável e útil para a vida.

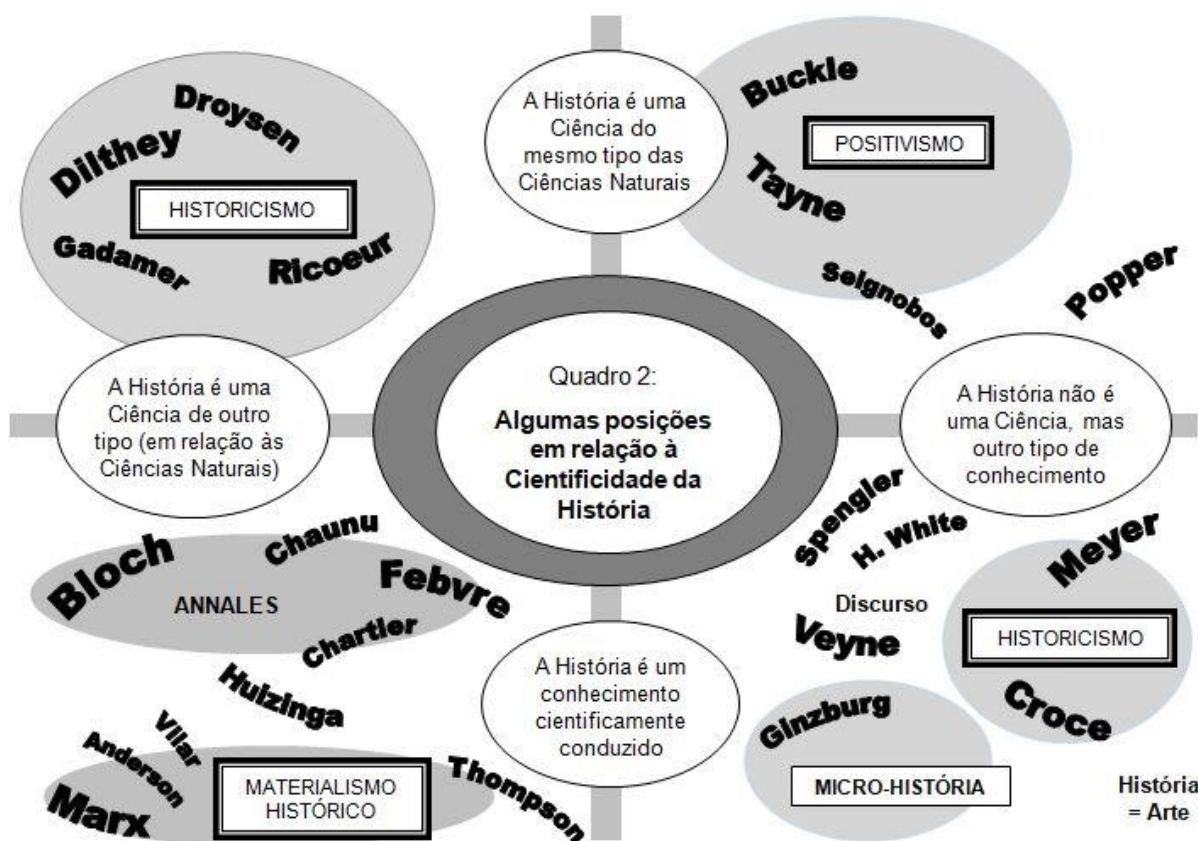
Às posições de historiadores e filósofos perante a questão da cientificidade possível da História se diversificam, como não poderia deixar de ser. Adam Schaff, em seu ensaio *História e Verdade* (1971, p. 67), procura mostrar que a variedade de posições possíveis sobre a questão decorre de uma série de indagações afins para as quais não existe uma resposta única. Alguns se perguntam: como poderá a História postular a sua cientificidade, se produz pontos de vista distintos sobre o mesmo fato. Ainda seguindo esta primeira indagação, poderemos perguntar, adicionalmente: o reconhecimento da subjetividade implica em não-cientificidade? A pergunta central, de todo modo, é a que gira em torno das definições de Ciência e cientificidade, e também em torno da existência ou não de um único modelo de cientificidade. O quadro abaixo evoca algumas possibilidades. Será que o que define a Ciência é a possibilidade de chegar a “leis gerais”? Será a possibilidade de verificação? Será um tipo de objeto? Será a Ciência definida por uma Abordagem, ou por uma metodologia específica? Outros aspectos poderiam ainda ser evocados, como a ligação do “científico” com as regras aceitas pela comunidade legítima dos praticantes da ciência em questão. Mas, por ora, consideremos estes quatro elementos.



Quadro 1: O que define “Ciência”?

O quadro 2 busca situar em um grande panorama, embora simplificado no que se refere às suas posições fundamentais, alguns historiadores e filósofos da História frente à possibilidade de se considerar (ou não), a História como Ciência. Trata-se apenas de um ponto de partida para nossas reflexões. O Quadro proposto apresenta algumas questões clássicas sobre a cientificidade da História. A História

é de fato Ciência? Ou é alguma outra forma de conhecimento, até mesmo uma Arte? Se é outra forma de conhecimento, será, ao menos, uma espécie de conhecimento cientificamente conduzido? E, se de fato trata-se a História de ser uma ciência, será uma ciência assimilável às ciências da natureza e às ciências exatas, ou será uma ciência de outro tipo, que constrói a sua especificidade a partir de outros parâmetros, que lhe são próprios? As respostas dadas pelos historiadores a perguntas como estas têm variado muito, e nosso objetivo será o de mostrar essa imensa variedade de posicionamentos a partir de alguns exemplos, entre outros tantos que poderiam ser dados.



Para os historicistas alemães da primeira metade do século XIX, que instituem a História como disciplina universitária, a História é de fato uma Ciência *específica* que buscará se definir como atividade intelectual autônoma ao constituir seu próprio método de trabalho, com suas próprias normas (ARÓSTEGUI, 2006, p. 100). Contrariamente, na mesma época afirmava-se na França e Inglaterra um paradigma positivista que procura aproximar as Ciências Humanas, inclusive a

História, do modelo científico das Ciências Naturais, e teremos em Buckle e Taine alguns dos representantes mais típicos deste posicionamento. Já a Escola Metódica, que se fortalece em 1876, apresenta uma posição eventualmente ambígua, apesar da clara influência positivista. Alguns de seus historiadores afirmam que a História é Ciência, seguindo o padrão positivista. Esta era o caso de Fustel de Coulanges (1830-1889), que se apresentava como um seguidor do método cartesiano na História e que via esta como “pura ciência”². Mas Seignobos, no manual de 1901 que se intitula “O Método da História aplicado às Ciências Sociais”, afirmará que a história não é uma ciência, mas um meio de conhecimento. Na Alemanha, a nova geração de historicistas também se divide, embora tenda a conceber a História como Ciência. Mas temos o posicionamento marcadamente contrário de Edward Meyer (1855-1930), que em *Teoria e Metodologia da História* (1905) rejeita a possibilidade de se falar em uma ciência da História³.

Enquanto isto, já com um ponto de vista decididamente moderno, Johannes Huizinga (1872-1945) afirmará em seu “Conceito de História” que a História é uma ciência sim, mas uma ciência produz uma versão do Passado e o reconstrói, já que não existiria algo como o “realmente sucedido” para ser reconstituído pelo historiador. Além disso, para o historiador holandês a História deveria ser um conhecimento instrutivo, aplicável à vida (HUIZINGA, 1934, p. 80)⁴. Com a idéia de “construção do Passado”, Huizinga antecipará uma postura que em geral será a dos historiadores dos Annales. Eles proporão definitivamente a ideia de que a história é uma “construção do passado” a partir de uma problemática levantada no Presente. E oferecerão algumas variantes com relação ao reconhecimento do estatuto da História. Marc Bloch afirmará na famosa *Apologia da História* que a História é uma “ciência em construção”, ao mesmo tempo em que para o seu grande

² Sobre isto, ver LEFEBVRE, 1971, p. 217.

³ Meyer acompanha o posicionamento historicista mais geral de que a História não deve se interessar pelos “fatores gerais da vida humana” (MEYER, 1965, p. 42). A sua posição de que a História não é uma Ciência, que é menos comum no Historicismo, é acompanhada na Inglaterra por George Macaulay Trevelyan (1876-1962), que defende esta ideia em um artigo de 1903 intitulado “Clio, a Muse” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 126-127).

⁴ Ao mesmo tempo, Huizinga reconhecia a importância de considerar o aspecto estético na elaboração da História. Este deveria estar presente não apenas no momento em que o estudioso de história “mergulha a pena no tinteiro para dar forma à matéria prima”, mas também no modo de entendê-la, isto é, na maneira de captar, já na pesquisa histórica, o *significado* e a *relação* entre os fatos” (HUIZINGA 2005, p. 96). Este olhar artístico também seria importante para superar o mero quantitativismo. Ao estudar um período, o historiador deveria ter sucesso em “ver as pessoas se movendo nele” (HUIZINGA, 2005, p. 99).

companheiro, o Lucien Febvre de *Combates pela História* (1965), a História será um estudo “cientificamente produzido”. No limite, Pierre Chaunu (n.1923), um dos principais representantes da segunda geração de historiadores dos Annales, afirmará em seu livro *História - Ciência Social* (1974) que “a história, ciência federadora de nosso tempo, nasceu entre 1929 e o início dos anos 30”, completando mais adiante que “o que é anterior tem valor de documento” (1974, p. 56). Ou seja, a História é sim uma ciência: mas nem toda História, e sim a História especificamente fundada pelos Annales. Não as experiências historiográficas anteriores.

Enquanto se desenvolvem estas disputas em torno da cientificidade da História, e de quem legitimamente a conduz, já no âmbito do historicismo italiano, a passagem para as primeiras décadas do século XX conhecerá também a inusitada proposta introduzida pelo livro *Teoria e História da Historiografia* de Benedetto Croce (1866-1952), um historicista que combina a postura neo-kantiana com uma inspiração hegeliana, e que formula a ideia de que a historiografia seria não uma Ciência, mas sim uma Arte. Com isto o historicista italiano antecipava de alguma maneira uma discussão que praticamente só retornaria com maior intensidade com a polêmica do Pós-Modernismo, nas três últimas décadas do século XX, embora possam ainda ser citados outros nomes que, na primeira metade do século XX, também discutiram a semelhança entre história e arte. Este foi o caso, por exemplo, de Richard Burdon Haldane (1856-1928), em uma obra intitulada *O sentido da Verdade na História* (1914).

É importante frisar, desde já, que as diversas considerações sobre a possibilidade de a História ser ou não uma Ciência ou não dependem, obviamente, da própria definição de ciência que se tem em vista, tal como já foi notado no início deste artigo e exemplificado com o Quadro 1. Apenas para dar um exemplo, Karl Popper (1902-1994), que registrou suas posições sobre a historiografia em um livro intitulado *A Miséria do Historicismo* (1957), pretende renegar à historiografia a dimensão da cientificidade principalmente porque atribui à Ciência a capacidade de fazer previsões. Portanto, aqui como em outros casos, é uma certa concepção do que se tem por cientificidade o que orienta a possibilidade de argumentar a favor ou contra a proposta de incluir a história entre as ciências. De maneira análoga, Carl Hempel (1905-1997), em seu ensaio sobre os “Problemas do Conceito

de Lei Geral”, sustenta que a cientificidade deve ser associada à possibilidade de explicar um fenômeno como subsumido a leis ou a uma teoria, o que o leva a negar a cientificidade, ao menos em parte, à historiografia de sua época (1970). Uma posição não muito distante é sustentada por Patrick Gardner, um autor particularmente interessado na *Natureza da Explicação Histórica* (1952), e que organizou um conjunto completo de fontes para o estudo das *Teorias da História*, no livro que recebeu este nome (1959)⁵.

Há ainda os que definem Ciência através do tipo de método e da abordagem, e que, ao perceber claros contrastes entre os métodos e abordagens da História em relação ao paradigma das ciências naturais, são levados a concluir que a historiografia não deve ser enquadrada como ciência. Este não é o caso, como já fizemos notar, do Historicismo, que embora perceba e sustente claramente a distinção de métodos entre a História e as Ciências Naturais, nem por isso deixa de qualificar a História como um “outro tipo de ciência”. Já Oswald Spengler (1918), no início do século XX, distingue a Ciência em oposição à História por considerar que a primeira se aproxima de seus objetos através da busca e utilização de leis, enquanto a segunda, a historiografia, deve se aproximar de seus objetos com o avivamento da intuição. A ciência, no sentido tradicional, seria de natureza “sistemática” e constituía uma “morfologia do mecânico e do extenso” dedicada a “descobrir e ordenar as leis naturais e os nexos causais”. Já a História estaria relacionada a outra morfologia - a “morfologia do orgânico, da história e da vida” constituindo um saber de natureza “fisiogonômica” (SPENGLER, 1973, p. 94). Crítico ao cientificismo historiográfico, Spengler se aproximava mais da perspectiva nietzschiniana de uma história-arte a ser escrita pelos historiadores, mas combinando-a com a sua ideia de que a história processo seria povoada por civilizações orgânicas e cíclicas. A função do historiador seria a de elaborar uma “fisiogonomia das culturas”, apreendendo a natureza íntima de cada uma delas, suas singularidades, e mesmo o seu ciclo de vida útil, sujeito a uma duração definida que deveria ser desvendada pelos historiadores. Entrementes, o historiador deveria reconhecer em sua prática a impossibilidade de uma objetividade absoluta. Spengler rejeitava veementemente, inclusive, a pretensão

⁵ Comentários sobre as posições de Popper, Hempel, Gardner e outros, podem ser encontrados no capítulo “O Esgotamento do Modelo Acadêmico (1918-1939)” do livro *História dos Homens*, de Josep Fontana (2001, p. 243-260). Sobre a filosofia de Popper, ver SCHILP (org.), 1974.

positivista de aplicação de modelos físicos e matemáticos para a compreensão da história, e incluía na palheta historiográfica o uso da intuição e da imaginação, o que requeria dos historiadores tanto um “olhar de artista” como o modo de interpretação típico de um psicólogo (SPENGLER, 1973, p. 109). As proposições de Spengler seriam confrontadas tanto pelos historiadores que continuaram investindo na ideia de cientificidade da História, como por aqueles que viam na História se não uma ciência propriamente dita, pelo menos um saber cientificamente construído - duas posições que se alternam entre os novos historiadores que, na França, emergem com a célebre Escola dos Annales após a Segunda Grande Guerra.

Seguiriam pela segunda metade do século XX as defesas da cientificidade da História. Roger Chartier, já escrevendo no início do século XXI contra o pano de fundo de uma torrente de posições que rejeitam a cientificidade da História, a História é, sim, uma prática científica - e justifica a afirmação no seu artigo “A História hoje: dúvidas, desafios, propostas”, sustentando que a cientificidade da História ancora-se no fato de que ela possui regras que possibilitam controlar as operações a partir das quais se produzem certos enunciados (CHARTIER, 1994, p. 111). No âmbito do Materialismo Histórico, há uma tendência a seguir a posição de que a história é uma ciência. Mas assim mesmo há posições como a de Thompson, que sustentou em *Miséria da Teoria* (1978) que a história é um conhecimento aproximado, o que em sua argumentação seria impeditivo para atribuí-lhe rigorosamente o status de ciência. Perry Anderson, outro dos mais iminentes historiadores marxistas da Inglaterra, fará a crítica desta posição em 1985, em um ensaio intitulado *Teoria, Política e História: um debate com E. P. Thompson*. Anderson afirmará neste ensaio que a característica de ser um conhecimento aproximado e a impossibilidade de verificação empírica não são impeditivos para categorizar um âmbito de saber como científico, sendo mesmo estas características a regra expressa pela maior parte das ciências. Enquanto isto, Pierre Vilar, historiador marxista que dialoga com os Annales, retoma a ideia de que a “história é construção” - ideia que aparece registrada, por exemplo, em um artigo de 1973, intitulado “Tentativa de diálogo com Althusser”.

Já a necessidade de opor a ciência ou conhecimento histórico ao que é produzido pelas ciências naturais, segue sendo uma discussão atualizada na segunda metade do século XX. Assim, para os historicistas mais modernos ligados à

hermenêutica, conforme veremos, a História segue sendo uma Ciência que tem as suas próprias especificidades. E, já em uma perspectiva distinta, o micro historiador Carlo Ginzburg sustentaria em um artigo brilhante, intitulado “Raízes de um Paradigma Indiciário” (1991), que a história não seria u conhecimento ou uma ciência do tipo galileano, mas sim uma espécie de conhecimento indiciário (GINZBURG, 1991, p.143-179). Mas haverá, por fim, aqueles que, como Paul Veyne ou Hayden White, rejeitam explícita ou implicitamente o estatuto científico da História. Paul Veyne, por exemplo, rejeita enfaticamente a cientificidade da História no seu livro *Como se Escreve a História*, de 1971, e já no seu ensaio de 1974 para a coletânea *Faire de l’histoire* (NORA e LE GOFF, 1974), no qual busca discorrer sobre “a história conceptualizante”, admite que a historiografia apresente “núcleos de cientificidade”, mas sendo que estes são sempre relacionados com o empreendimento conceptual propriamente dito, e não com relação à construção de uma narrativa que tenha em vista o referente externo.

Questões correlatas à posição epistemológica da História no quadro geral das ciências humanas também trazem a primeiro plano, discussões importantes, como a oposição entre Objetividade e Subjetividade e o grau e modo como estas instâncias interferem ou integram-se ao trabalho do historiador. Iluminam-se também, como já foi dito, as questões relativas ao Método, a partir das quais podemos nos perguntar se o método histórico é similar ao das outras ciências naturais - como postulariam os positivistas e evolucionistas sociais - ou se, admitindo-se a sua singularidade, deveria ser assimilado aos métodos das demais ciências humanas, ou apresentar especificidades suas, que desde logo assinalam a sua incontornável singularidade? Partiremos deste ponto, e para tal examinaremos um momento particularmente significativo dentro do qual se dá um debate que envolve simultaneamente as questões da relação entre Objetividade e Subjetividade no trabalho historiográfico, as questões de Método, e as indagações sobre o para do e posição do historiador como agente que produz ou participa da produção do conhecimento histórico. O momento escolhido é o da querela entre Positivismo e Historicismo, no decurso do século XIX.

O século XIX: o contraste entre Positivismo e Historicismo a partir das indagações epistemológicas

Já desde o século XIX o paradigma Positivista - padrão cientificista que buscava a identificação de leis gerais para a História - vinha se confrontando com o paradigma Historicista, este que, desde a contribuição de um Ranke que ainda acreditava na possibilidade de “contar os fatos tais como eles se sucederam”, foi abrindo cada vez mais espaço para o relativismo histórico. O Historicismo, em diversos de seus setores, foi apurando a percepção de que o historiador não pode se destacar da sociedade como pressupunha o modelo das ciências naturais preconizado pelo Positivismo e outras vertentes cientificistas das ciências humanas. Ao contrário disto, foi se afirmando cada vez mais no universo historicista a ideia de que o historiador fala de um lugar e a partir de um ponto de vista, e que, portanto, não pode almejar nem a neutralidade nem a objetividade absolutas, e menos ainda falar em uma verdade em termos absolutos. A Hermenêutica - campo de saber e reflexão dedicado à interpretação de textos e objetos culturais - foi se afirmando como importante espaço de reflexão a partir de filósofos e historiadores que realçavam a relatividade dos objetos, sujeitos, e métodos históricos.

Positivismo e Historicismo são dois paradigmas que se contrapõem como dois modelos antagônicos, e praticamente espelham-se (invertem-se) no que tange à questão da objetividade / subjetividade em História. O Positivismo já estava praticamente formado até as primeiras décadas do século XIX a partir das ideias de Augusto Comte, que postulava uma aproximação das Ciências Sociais em relação às Ciências Naturais tanto no que concerne à sua “objetividade”, encarada como absoluta, como no que se refere à sua busca de Leis Gerais para os desenvolvimentos humanos. Metodologicamente, métodos das Ciências Sociais e Métodos das Ciências Naturais deveriam se aproximar. Há uma razão para o fato de que o Positivismo já está praticamente pronto na primeira metade do século XIX. Na verdade, alguns de seus pressupostos são heranças do paradigma Iluminista para as ciências do espírito. Os iluministas também acreditavam, na possibilidade de descobrir Leis Gerais para as sociedades humanas, na possibilidade de aproximar os métodos das ciências do espírito e das ciências naturais, e na ideia de que o pesquisador podia e devia se colocar em uma atitude de neutralidade perante seu objeto científico. Esse receituário, porém, era para o século XVIII bastante revolucionário, pois vinha a se contrapor contra uma escolástica tardia que se apoiava em argumentos de autoridade. Metáforas organicistas, emprestadas ao

mundo natural, eram empregadas para falar no parasitismo social das classes aristocráticas. O Iluminismo sintonizava-se com o movimento revolucionário que logo explodira na França, e representava um modelo de pensamento produzido, sobretudo, por uma burguesia revolucionária.

O Positivismo, no século XIX, estará a reboque de uma burguesia que já chegara ao poder. As metáforas organicistas ou físicas - uma fisiologia social ou uma matemática social - são utilizadas agora com objetivos conservadores. Ao Progresso dos iluministas juntara-se a Ordem. E os cientistas sociais estariam a serviço do Estado, da ordem burguesa, e não sintonizados com atividades revolucionárias. A conciliação de classes é o seu objetivo maior. Estas ideias constituem um dos dois principais paradigmas dominantes para as ciências sociais no século XIX. Na historiografia, é, sobretudo a partir de meados do século XIX, com as obras de Taine, Renan e Buckle, que o Positivismo se afirma; nas últimas décadas do século XIX, esta corrente vai influenciar a nascente “Escola Metódica” da França, que a partir de 1876 se afirma com a publicação do primeiro número da *Revue Historique*, uma revista que trará na sua comissão editorial nomes da antiga geração positivista - como Taine e Renan - e novos nomes da escola metódica como Monod e Lavissee. Os metódicos acompanham os positivistas no que concerne ao entendimento da História como ciência, mas, rigorosamente falando, não estarão empenhados na busca de Leis Gerais e nem professarão determinismos à maneira de Taine. Portanto, os metódicos incorporam a influência positivista, mas estão a meio caminho de algumas posições do historicismo. Já uma reflexão sobre a natureza do conhecimento histórico, bem ao estilo positivista, segue com livros como o de Louis Bourdeau, que é publicado em 1888 com o título *L’histoire et les historiens: essai critique sur l’Histoire considérée comme science positive*. Todos os pilares fundamentais do Positivismo são reafirmados aqui: a busca de Leis Gerais, a objetividade metodológica aproximada à das Ciências Naturais, a Neutralidade de um historiador que devia se destacar do seu objeto de estudo e observá-lo distanciadamente, e mesmo o uso de uma linguagem tão formalizada quanto possível, avessa à narratividade. Enquanto isto, Paul Lacombe também sustentaria em 1894 uma discussão sobre a cientificidade da História em termos positivistas, sustentando a existência de leis do desenvolvimento histórico em seu ensaio *De l’Histoire como science*. Enquanto isto, a escola Metódica e seus

herdeiros irão publicar manuais com ideias positivistas até meados do século XX, como os manuais de Wilhelm Bauer e Louis Halphen, respectivamente publicados em 1921 e 1946, ambos com o nome *Introdução à História*. Um destes manuais, aliás - o de Luis Halphen - é citado no artigo de Fernando Braudel sobre “História e Ciências Sociais: a longa duração” (1958) como exemplo de historiografia tradicional e retrógrada, precisamente em uma passagem na qual se diz que o historiador apenas precisa esperar de suas fontes que estas deixem falar os fatos por si mesmos. Mas o mais famoso dos manuais, certamente, o de Seignobos e Langlois, escrito em 1898 e duramente criticado pela Escola dos Annales na terceira década do século XX.

Ao contrário do Positivismo, que praticamente já estava formado na primeira década do século XIX em virtude de ter herdado do Iluminismo os seus principais paradigmas (aplicando-os para um uso conservador), já o Historicismo irá construir passo a passo o seu paradigma no decurso do século XIX, embora já existam sinais deste paradigma nas concepções sobre a História de vários filólogos, filósofos e teólogos da segunda metade do século XVIII, a começar com a contribuição de Johann Martin Chladenius (1757), que já tecia reflexões sobre a relatividade dos juízos históricos. Estas várias posições, aliás, foram bem estudadas por Reinhart Koselleck em sua obra *Futuro Passado* (2006, p.287-289). O Historicismo, no formato que terá a partir do século XIX, parte de posições que podem ser consideradas conservadoras, a serviço dos grandes estados-nacionais, e Ranke ainda acredita ser capaz de “contar os fatos tais como eles se deram”. Mas já não acreditam em uma História Universal humana, e sim em histórias nacionais particulares, de modo que já se vê aqui um primeiro princípio de aceitação da relatividade historiográfica - neste caso ao nível do objeto de estudo. Cada vez mais, o pensamento historicista irá investir na ideia de que as ciências humanas deveriam buscar métodos próprios, e não procedimentos emprestados às ciências da natureza. Logo surgiria a Hermenêutica para opor a “explicação”, própria das ciências naturais, à “compreensão”, própria das ciências humanas. E, por fim, nas últimas décadas do século XIX, alguns setores historicistas completam uma virada relativista: já acreditam que também o historiador, e não apenas as sociedades examinadas, está implicado na sua especificidade. Quando se chega a este ponto, Positivismo e Historicismo já se espelham perfeitamente com relação aos principais

aspectos que se referem à relação entre Objetividade e Subjetividade Historiográfica. Os desenvolvimentos de uma consciência cada vez maior da historicidade do próprio historiador levarão, ainda no século XIX, ao desenvolvimento da Hermenêutica. O ‘Quadro 3’ ilustra este espelhamento entre as posições fundamentais do Positivismo e do Historicismo com relação às questões acima discutidas.

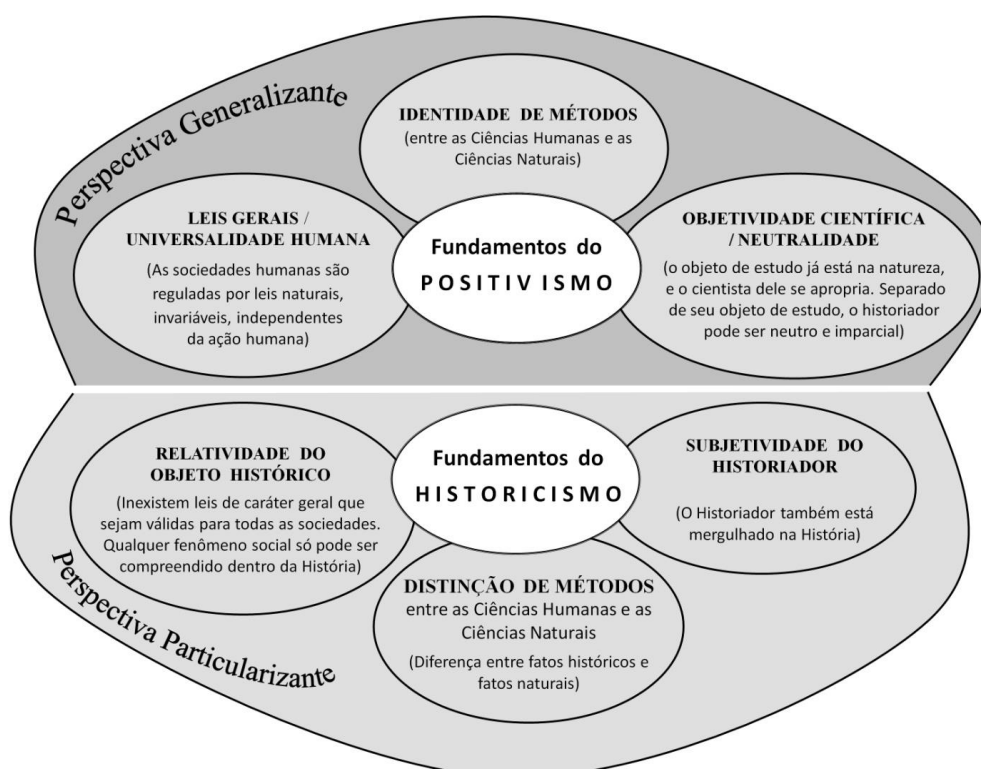
A Alemanha e a França, espacialmente, tornaram-se palcos privilegiados para a expressão dos paradigmas Historicista e Positivista, respectivamente. Obviamente que em ambos os países haveria as exceções, e Karl Lamprech pode ser citado como um exemplo de historiador alemão que menos se aproxima da posição clássica do historicismo que do Positivismo, já que postula categorizações gerais para a análise da História, na verdade mais direcionadas para a psicologia e cultura. Nisto também se destaca dos historiadores de seu tempo, pois já antecipa de alguma maneira a modalidade da História Cultural e também a abordagem da História Comparada, para não falar do diálogo com a Psicologia. Na Itália, para dar um exemplo fora da oposição entre Alemanha e França, reedita-se no quadro nacional de historiadores a querela entre Historicismo e Positivismo. O Historicismo será representado por Benedetto Croce (1866-1952), e o Positivismo por Pasquale Villari (1827-1917).

Para a História, as contribuições historicistas no âmbito do reconhecimento da relatividade histórica e da Hermenêutica, e as solitárias críticas nietzschinianas às verdades racionalistas, posteriormente revivificadas pelas crises do conhecimento e das meta-narrativas, favoreceram a que gradualmente se fosse aguçando nos historiadores a plena consciência da historicidade de cada ponto de vista. Gadamer, historiando uma contribuição hermenêutica que começa a adquirir impulso no século XIX a partir da abordagem ainda romântica de Schleiermacher, e que avança pela hermenêutica historicista de Dilthey até chegar a *O Ser e o Tempo* de Heidegger, indica em sua obra máxima - *Verdade e Método* - mas também na série de conferências que foi publicada sob o título *A Consciência Histórica*, uma singularidade maior do homem contemporâneo: a sua “consciência histórica”. A consciência histórica, apresentada não apenas como um privilégio, mas talvez mesmo como um “fardo”, é uma singularidade que diferencia o homem contemporâneo - entendido como o homem do século XX - de todas as gerações

anteriores. Gadamer define a consciência histórica como o privilégio do homem moderno de ter “plena consciência da historicidade de todo o presente e da relatividade de toda a opinião”.

Eis aqui, na intensificação da “consciência histórica” tal como formulada por Gadamer a partir da tradição hermenêutica, na tendência crescente do historicismo relativista a vencer cada vez mais o sempre aberto debate contra o cientificismo e positivismo nas ciências humanas, e na reintensificação das ideias de Nietzsche através de autores como o Michel Foucault de *A Verdade e as Formas Jurídicas*, o ambiente intelectual que favorece uma implacável crítica à ideia de uma rigorosa possibilidade de atingir uma Verdade (no sentido absoluto) através da História, tal como a havia vislumbrado a maior parte dos historiadores do século XIX. Outros aspectos, ainda mais, poderiam ser citados como reforçadores do ambiente que favorece a crítica ou a relativização historiográfica da Verdade, entre os quais a emergência das pesquisas freudianas sobre o inconsciente, noção também incorporada muitos historiadores, ou mesma a própria emergência de paradigmas alternativos entre as ciências exatas, antes unificadas pelo modelo newtoniano da Física. Mas o que nos interessará, a seguir, será avançar para um outro momento da reflexão sobre a cientificidade da História. Por ora, registramos no quadro abaixo o contraste discutido entre Positivismo e Historicismo.

Quadro 3: Contraste entre o Positivismo e o Historicismo?



Os Annales e sua posição com relação à cientificidade da história

Os Annales constituíram um movimento historiográfico que empreendeu profunda revisão sobre o que deveria ser a História nos tempos contemporâneos, e que submeteu à crítica todo um setor já tradicional da historiografia herdada do século XIX, e que adentrara o século XX. Neste processo em que os Annales buscavam afirmar-se no território das ciências humanas e, ainda mais especificamente, no universo institucional francês, também ocorreram estereótipos de que os Annalistas lançaram mão para depreciar uma historiografia que apodaram de “história historizante”, mas que certamente não recobria toda a historiografia de seus opositores institucionais, já que também havia grandes historiadores atentos com as mudanças dos novos tempos e que pertenciam a outras escolas históricas. De todo modo, o projeto do Annales viu-se vitorioso e favoreceu-se o registro de uma História da escola dos Annales conforme um relato por vezes triunfalista. Autores como François Dosse, em seu impactante livro intitulado *A História em Migalhas* (1987), procura nos dar uma leitura desta luta de formação dos Annales nos primeiros tempos, e também das discontinuidades existentes entre as duas primeiras gerações dos Annales e a chamada terceira geração, também muito conhecida como Nouvelle Histoire.

Para a questão que nos interessa, começaremos pelos primórdios dos Annales. Embora postulando para a história o estatuto de Ciência, os annalistas dos primeiros tempos procuraram discutir o conceito de “cientificidade”, e o tipo de “ciência” que os novos historiadores deveriam buscar. Começamos por fazer notar que, para os annalistas das primeiras décadas, em sua maioria, a História poderia perfeitamente postular o seu lugar entre as Ciências. Deveria constituir, contudo, outro tipo de Ciência, que não o das Ciências Naturais, ainda que alguns annalistas buscassem incorporar influências deste antigo modelo através da mediação das Ciências Humanas recém-emergentes que já buscavam a estabelecer uma mediação

em relação aos modelos das ciências naturais. De todo modo, o importante a ressaltar é que os principais annalistas procuraram delimitar de maneira original o estatuto epistemológico da História. Bloch, em *Apologia da História*, a considera uma “Ciência em Construção”. Febvre, em *Combates pela História* (1965), a classifica como um “estudo cientificamente conduzido”. Todos se ampararam amplamente no novo conceito de “História-Problema” - um conceito que coloca a formulação do Problema e de Hipóteses como ponto de partida da pesquisa, ao contrário do ponto de vista da História Historizante, que situava os documentos e os fatos pré-estabelecidos que se deveria recuperar como ponto de partida.

Desde já, será oportuno considerar que não é possível falar em um paradigma unificado dos Annales. Não há homogeneidade no conjunto dos seus participantes com relação a certos aspectos que permitiriam falar em paradigma. Fora o conceito de Longa Duração, e a noção de História-Problema, os Annalistas não constituíram um modelo teórico da realidade, ou uma certa rede conceitual que os membros desta escola seguissem de modo a estabelecer um diálogo e um fundo comum tal como ocorre, por exemplo, no âmbito do Materialismo Histórico. Deste modo, não constituindo um paradigma ou uma unidade epistemológica, é bastante flutuante o conjunto de posições dos historiadores dos Annales face à cientificidade ou não da História e, mais especificamente, do tipo de história que predominava tendencialmente no grupo.

José Carlos Reis, em um ensaio no qual elabora um balanço que apresenta o desenvolvimento “Da História Global à História em Migalhas”, e que traz por subtítulo a instigadora pergunta “o que se ganha, o que se perde?”, ressalta que por vezes os annalistas, que tinham como outro de seus traços comuns a Interdisciplinaridade, podiam optar por modelos ou posicionamentos epistemológicos sintonizados com a ciência social trazida para diálogo mais frequente por este ou aquele historiador (REIS, 2000, p.192). Deste modo, a dificuldade de identificar o “núcleo duro” da escola é posta em relevo pelo historiógrafo. Mais fácil do que falar da “epistemologia histórica” dos Annales, é identificar um certo Programa da Escola, que apresenta alguns elementos recorrentes, mesmo considerando as chamadas três gerações dos Annales. A Interdisciplinaridade (notadamente o diálogo com as ciências sociais emergentes ou em processo de afirmação), a ideia de que a História deve ser colocada como

“construção do Presente”, a oposição de uma “História Problematizada” a uma história factual... Eis aqui alguns aspectos que se destacam do conjunto. Outros aspectos do Programa dos Annales, se assim podemos dizer, referem-se muito mais a oposições e estratégias de enfrentamento, ou a rejeições de dogmas. Ao mesmo tempo em que se abrem à experimentação, os Annales insistiram constantemente em afirmar a sua recusa de dogmatização, ou mesmo de sistemas. Mais recorrentes em todos os annalistas eram dois traços importantes, conforme destaca José Carlo Reis no mesmo ensaio: “a estruturação do evento” e a “prática da interdisciplinaridade”.

O Febvre da primeira fase buscou frisar o papel da História como “estudo cientificamente conduzido”, evitando classificar a História como “ciência”. Preferia se expressar nestes termos, por um lado, para se afastar da identificação com a postura cientificista dos positivistas; por outro lado, colocar nestes termos o estatuto epistemológico do tipo de História que os Annales almejavam produzir permitia trabalhar mais com o probabilismo do que com a mensuração. Estávamos aqui, ainda, nos primórdios de formação do grupo. Logo, com a estrondosa abertura de um campo novo pelos Annales - a “História Serial” - a opção pelo mensurável invadiria a cena de maneira significativa. Mas, no período de encaminhar estratégias ainda para a formação do grupo, Febvre preferiu se expressar nos termos da hábil fórmula do “estudo cientificamente conduzido”. Também é útil notar que tanto em Febvre como em Bloch, aparece a definição da História como “ciência dos homens no tempo”. É assim que Marc Bloch se expressa em um famoso trecho de seu livro *Apologia da História* (2001, p. 55), precisamente na parte do livro em que discute este que é um dos aspectos distintivos da História: o tempo.

A segunda geração dos Annales traz a primeiro plano, em uma de suas duas principais correntes, o “número”, a “quantificação”, a “serialização”. Com os historiadores econômicos e demográficos, portanto, o campo metodológico explorado pelos annalistas abre-se mais significativamente para a incorporação de métodos que buscam apreender através de grandes séries de dados ou informações a repetição, mas também a variação, a tendência. Ao mesmo tempo, Fernando Braudel exploraria a segunda corrente importante desta época: aquela que investia na possibilidade de trabalhar com uma “História Global”, o que, de certa maneira,

era uma herança mais direta de Marc Bloch. Portanto, esta geração partilha-se entre o “estrutural” - uma continuidade aprimorada do que já havia sido lançado pela primeira geração - e o quantitativo conjuntural, de certa maneira uma novidade que permitiu, diante da possibilidade de lidar com grandes massas de dados, com extensas séries de informação, uma certa “euforia cientificista”, para utilizar uma expressão de Noiriél em seu artigo de 1989, incluído na revista dos *Annales* com o título “Por uma abordagem subjetivista do social” (REIS, 2000, p. 194). Esta euforia cientificista, quase uma fetichização do quantitativo em alguns casos, também encontraria os seus próprios limites, que já começavam a se insinuar nos anos 1960. É sintomático o artigo de Witold Kula para a mesma *Revista dos Annales*, incluído no n°2 de 1960 com o título “História e Economia: a Longa Duração”, no qual o historiador polonês procura problematizar as tensões entre a interação entre “história serial” e “longa duração”, já que quando a série começa a abranger um período de tempo demasiado extenso, começa a perder homogeneidade e a comprometer tanto a exatidão como a comparação dos vários segmentos da série. Mais tarde, já em 1980 e no balanço em forma de diálogo publicado no livro partilhado por Lardreau e Georges Duby, este último criticaria o mesmo fetiche da quantificação, quando impulsionado pela ilusão de cientificidade.

A terceira geração dos Annales, e uma nova postura em relação à questão da cientificidade da história

As críticas de Duby são sintomáticas de uma mudança que se processara no próprio interior dos *Annales*, na passagem da segunda para a terceira geração. Os historiadores da *Nouvelle Histoire* já não aceitavam, ou ao menos já não eram muito entusiastas, da idéia de cientificidade da História. Sinal bastante evidente disto, que tomaremos para exemplificação, é o posicionamento de François Furet, que inclusive redige um Editorial para a revista dos *Annales* de 1989 tangenciando a questão. Para Furet, a História não é ciência - e sempre oscilará entre a arte da narração, a inteligência do conceito e o rigor das provas (REIS, 2006. p.2). Neste aspecto, Furet se distancia do ponto de vista predominante nos *Annales* com relação à cientificidade da História. Para evocar as palavras de Reis (2006), ele não

se iludiu com a “euforia cientificista da longa duração, do quantitativismo e da história-problema”. Para Furet, não havia incompatibilidade entre “História-problema” e “narração”. Ele já acompanhava as afirmações de Ricoeur, nos anos 1980, para quem mesmo a história mais estrutural não deixa de ser uma história narrativa.

Para entender em que sentido François Furet não vê uma incompatibilidade entre “narrativa” e “história problema”, valerá a pena refletir mais demoradamente sobre que tipo de Narrativa era estigmatizado pelos Annales dos primeiros tempos, quando estes opunham sua pretensão de uma história que deveria constituir um novo tipo de Ciência. A Narrativa que os Annales depreciavam era a “narrativa historizante”, a que postulava coincidir com o real e com o que realmente aconteceu. Esse tipo de narrativa organizava os eventos em uma trama cujo fim já se conhecia antecipadamente. O seu modelo maior era a Biografia, e não é a toa que este tenha sido um dos gêneros tendencialmente rejeitados pelo conjunto dos annalistas. Um dos principais traços deste tipo de narrativa, do ponto de vista estilístico, era o ocultamento do narrador, o que reforçava a impressão de que o texto histórico assim construído coincidia efetivamente com o passado real. Além disto, este modelo narrativo implicava em uma temporalidade linear e irreversível, na qual os eventos - únicos e incomparáveis - eram organizados em uma continuidade - uma continuidade, conforme já destacamos teleológica. O que o historiador tradicional buscava com este tipo de narrativa era um efeito de objetividade - que visava fazer o leitor crer que o real coincidia com o que de fato estava escrito - e “narrar”, deste ponto de vista, era “mostrar” o que de fato acontecera. Deve-se considerar, acima de tudo, que este modelo narrativo era precisamente o que interessava às elites políticas que financiaram o projeto histórico dos historiadores ligados aos estados-nacionais, uma vez que, com este modo narrativo teleológico e que pretendia alcançar a única verdade, oferecia-se à ordem política vigente a respeitabilidade de uma origem e a promessa de uma continuidade ancorada em um consenso obtido pelo ponto de vista único: aquele que examinava a História de cima, a partir das perspectivas e ações da elite política.

É muito interessante destacar que, bem antes dos Annales, o sociólogo durheiminiano François Simiand já denunciava as implicações deste modo narrativo

em seu livro de 1903, intitulado “Método Histórico e Ciência Social”. Neste texto, Simiand procurava opor as emergentes Ciências Sociais à História - tal como concebida por uma escola específica, a chamada “Escola Metódica” que tinha em Seignobos e em Langloise seus principais nomes. Ainda mais oportuna é sua crítica aos três ídolos da tribo dos historiadores, uma vez que ali ele antecipa concepções da nova História que ainda estariam por se gestar a partir dos Annales: o ídolo político, o ídolo individual e o ídolo cronológico. Mas, enfim, essa narrativa historizante, teleológica, perspectivada de cima, mas escamoteada como se representasse o ponto de vista consensual, o único possível, e também uma narrativa essencialmente política e linear, era o que começava a ser criticado pelas Ciências Sociais, que já começava a desenvolver no início do século XX uma vigorosa crítica que, por assim dizer, iria ser usurpada pelos Annales na sua estratégia de ascensão disciplinar e institucional. Não era todo tipo de narrativa que já mostrava fragilidade nos novos tempos em que começavam a se multiplicar as possibilidades metodológicas de análise historiográfica. De todo modo, a emergência da história estrutural como a grande novidade, somada às inflamadas críticas de Febvre à narrativa historizante nos seus *Combates pela História* (1953), tudo isso acabou contribuindo para uma efetiva retração do estilo narrativo na nova produção historiográfica.

Retornemos agora ao final do século - a historiadores como Furet e Georges Duby, que já não se encantavam tanto com a euforia cientificista que fora proporcionada pela história quantitativa e outras novidades do segundo pós-guerra. Nas últimas décadas do século XX, já se começara a pôr em cheque tanto as metodologias seriais como a importância de se afirmar o discurso da cientificidade como ponto fulcral para legitimar os Annales. A *Nouvelle Histoire*, então, já era um sucesso editorial, já tinha conquistado a mídia. Até mesmo para atender aos apelos desta mídia e do público ampliado de história, tornava-se oportuno construir um texto sedutor, envolvente, prazeroso e interessante para novos públicos. Em autores como Georges Duby, na sua produção de a partir dos anos 1980, já vemos como que uma substituição da antiga concepção do Passado construído como uma ‘Problematização do Presente’ por uma outra - a do Passado construído como uma ‘Representação do Presente’, no caso uma representação sedutora, que parece dialogar com a literatura, com a arte, com o cinema, e que se preocupa em

trabalhar mais ativamente com o Imaginário e com a Imaginação. Há um importante livro-entrevista de Georges Duby em diálogo com Lardreau, publicado em 1980, no qual Duby fala abertamente do papel da Imaginação na sua produção historiográfica. Isto é sintomático. Dificilmente, nos anos de preocupação dos *Annales* com o discurso da cientificidade, a questão da imaginação histórica, e mesmo da possibilidade de utilizá-la para preencher lacunas, poderia ser exposta com tanto entusiasmo por um historiador tão bem situado na vanguarda do movimento dos *Annales*. O movimento completava seu arco com relação à discussão da cientificidade historiográfica: esta não era mais uma questão tão importante.

Pau Veyne: uma posição específica em relação à (não) cientificidade da História

Outro historiador que recoloca em cheque o estatuto científico da História é Paul Veyne, autor que procura trazer para a historiografia um pouco das contribuições de Michel Foucault. Na verdade, Paul Veyne fora o primeiro historiador a elaborar um estudo mais sistemático fortemente amparado na crítica e rejeição das certezas e parâmetros que até poucos anos antes ainda fundavam a pretensão de cientificidade histórica a partir das abordagens quantitativa e serial. Este estudo, publicado em 1971, intitulou-se *Como se Escreve a História* (1971).

A concepção anti-cientificista da História proposta por Paul Veyne no célebre ensaio de 1971 trazia a marca da influência foucaultiana: a história aparecia aqui referenciada, pela primeira vez em uma formulação mais explícita, como um gênero literário que, se produzia explicações, isto não tinha nada a ver com cientificidade, mas apenas com a maneira específica que a narrativa histórica tinha para se organizar em uma “intriga compreensível”. Este ensaio foi escrito dois anos antes de Hayden White publicar o seu *Meta-História* (1973), no qual de certo modo colocava em prática o que já aparece formulado em Veyne em termos de equiparar a História a uma intriga. A resposta a Veyne, ao menos a mais conhecida, veio no ano seguinte, em um ensaio escrito por Michel de Certeau para a *Revista dos Annales* intitulado: “Uma epistemologia de transição: Paul Veyne” (1972). Era o primeiro passo de uma reflexão crítica ainda mais aprofundada, e que já não se referiria diretamente a Paul Veyne, mas que procuraria estabelecer um

cuidadoso balanço sistemático dos aspectos envolvidos na “Operação Historiográfica” (1974). O texto tornou-se um clássico, e fazia parte, no mesmo ano de sua publicação sob forma de artigo, da coletânea *Faire de l’histoire* organizada por Pierre Nora.

Com Paul Veyne (1971), a reflexão sobre o relativismo da constituição do ‘tempo histórico’ e da obra historiográfica havia sido conduzida ao extremo. Ele considera que, fundamentalmente, o que o historiador faz é construir intrigas - o que para ele são os processos inteligíveis construídos pelo próprio historiador a partir de recortes da realidade vivida que chega do passado através de resíduos presentes nas fontes históricas. Livre para lidar com os fatos conhecidos e com as fontes que utiliza como materiais, e para, de acordo com seus próprios critérios, organizar em uma intriga os fatos, discursos e fragmentos que lhe chegaram do passado, o pensamento do historiador recorta um pedaço da vida (na verdade uma combinação de diversificados pedaços da vida) e organiza a partir daí a sua intriga. Desta maneira, o tempo e o recorte reconstituídos pelo historiador não se relacionam ao tempo cronológico, sendo rigorosamente falando construções do próprio historiador, resultados que são de um esforço criativo e de uma singularidade que lhe são próprios. Os fatos são selecionados, adaptados, conectados, ressignificados de acordo com os interesses da intriga que o Historiador está construindo; no entretece de sua intriga, de maior ou menor complexidade, cruzam-se itinerários narrativos possíveis. O conhecimento histórico aparece assim, plenamente, como reconstrução racional. O historiador dá a compreender intrigas humanas, mas não intrigas e processos que se deram no vivido real, ainda que intrigas que comportem veridicidade e que se baseiam nos materiais concretos que chegaram ao presente. Vista desta maneira, a História explica enquanto narra, mas esta explicação não é científica.

Algumas nuances separam o livro *Como se Escreve a História*, de 1971, de um texto intitulado “A História Conceptualizante”, escrito três anos depois para figurar na obra coletiva *Faire de l’histoire*, organizada por Pierre Nora e Jacques Le Goff (1974). Nesta, Paul Veyne já admite que a historiografia apresenta certos núcleos de cientificidade (mas sem constituir uma ciência). Retoma-se a idéia de que a História pode até mesmo ser cientificamente conduzida - caracterizando-se por ser teórica, lógica, abstrata - mas não se constitui aqui uma ciência

propriamente dita. Veyne parece neste texto reencontrar-se com Febvre, que muitas décadas antes já havia definido o estatuto epistemológico da historiografia em termos de um “conhecimento cientificamente produzido”. Por fim, em uma aula inaugural de 1976 para o College de France intitulada “O Inventário das Diferenças”⁶, Paul Veyne já não parece insistir muito na não-cientificidade da História. Para ele, a historiografia será o “Inventário Conceitual” das diferenças humanas - o campo de saber que buscará individualizar os exemplos trazidos pela história efetiva através das operações conceituais empreendidas pelos historiadores.

Relembrando Benedetto Croce: a história seria uma Arte?

As três últimas décadas do século XX, com a emergência de uma agitada querela em torno da Pós-Modernidade, traria entre várias questões as relocalizações sobre o estatuto e natureza da História: Seria a História um Discurso, mais ou menos impossibilitado de recuperar uma realidade vivida? Seria a História uma forma de literatura? Se fosse, e diante da crítica de suas possibilidades de atingir o Real, até que ponto poderia se confundir ou ser recoberta pela Ficção? Até que ponto, mesmo que considerando a cientificidade da História, o historiador não deveria se preocupar com a dimensão estética da História? No limite, a História poderia se reduzir a esta dimensão estetizante? A discussão sobre uma possível natureza da História não mais como ciência, mas como possível forma de expressão artística, era uma das novidades trazidas pela querela, e Hayden White publicara em 1973 um livro intitulado *A Meta-História* na qual analisava a obra de grandes historiadores e filósofos da história como discursos em forma de prosa que tinham por trás de si determinados tropos linguísticos, muito mais importantes para delinear o padrão historiográfico de cada autor do que qualquer outro aspecto. Estas novas discussões, que agora indagavam pela natureza literária ou mesmo artística da História, soavam como uma novidade pós-moderna.

Na verdade, já em fins do século XIX e na primeira metade do século XX, a proposta de considerar a História como Arte vinha sendo apresentada por Benedetto Croce (1866-1952), um historicista italiano de inspiração hegeliana que

⁶ A Conferência foi publicada neste mesmo ano, com este título. No Brasil, foi traduzida em 1983. VEYNE, 1976 [1983].

escreveu alguns livros importantes tanto na área de História propriamente dita, como no âmbito da Filosofia da História, entre os quais *Teoria e História da Historiografia* (1917). O ensaio em que levanta a pioneira proposição sobre a natureza artística da História é na curiosamente o seu primeiro ensaio no âmbito da Teoria da História - um ensaio escrito em 1893 que traz um provocativo título: *A História Reduzida ao Conceito Geral de Arte*⁷. Para entender com precisão o tipo de associação entre História e Arte que Benedetto Croce pretende afirmar, é preciso atentar para a própria definição de Arte do autor. A Arte é para este uma atividade cognitiva, relacionada ao conhecimento do individual, bem ao contrário da Ciência, que é conhecimento do geral (COLLIGNWOOD, 2001, p.297). Enquanto isto, para Croce, só praticaria Ciência aquele que pensa o caso particular como compreendido em um conceito geral⁸.

Avançando na mesma direção das ideias de Croce, Collingwood (1889-1943) - que recebe a sua influência, mas propondo uma ressalva crítica - destaca em *A Ideia de História* (1946) o aspecto de que para Croce só há um dever da História: o de narrar os fatos, sendo que a investigação das causas não seria mais que uma “observação mais rigorosa dos fatos, apreendendo as relações individuais que existem entre eles” (COLLIGNWOOD, 2001, p. 297). A ressalva crítica de Collingwood é que, reconhecendo-se o valor da argumentação de Benedetto Croce, a História e a Arte seriam realmente passíveis de comparação. Afinal, tanto na História como na Arte não haveria uma busca da percepção de leis gerais, e sim uma relação direta com o individual, que é contemplado tanto pelo artista como pelo historiador, embora de maneira diferenciada. Mas a legitimidade de comparar as duas atividades por oposição à Ciência não significaria reconhecer uma “identidade” entre Arte e História, como teria feito Croce, uma vez que o tipo de contemplação e de relação com o individual é realizado de maneira distinta por artistas e historiadores. Ao estabelecer uma “identidade” entre as duas instâncias (indo além da comparação ou da analogia), Croce teria neste trabalho inicial confundido em uma só coisa os dois modos de contemplação respectivamente

⁷ Um ano depois da publicação deste ensaio, Windelband iria escrever em 1894 um outro ensaio tratando da questão e questionando a afirmação de que a História é uma Ciência. Também Dilthey em 1883 e Simmel em 1892, citados por Croce, já haviam proposto esta mesma comparação entre História e Arte.

⁸ Sobre isto, ver SCHAFF, 1995. p.109.

próprios do historiador e do artista: a intuição do individual e a ‘representação’ do individual (COLLINGWOOD, 2001, p. 207).

Para Benedetto Croce - e isto ficará ainda mais claro em *Teoria e História da Historiografia* (1917), que revê ou aprimora algumas posições relacionadas à natureza do conhecimento histórico - é a de que a elaboração da História corresponde de todo modo uma “intuição do real”. Trata-se de um ato subjetivo que se manifesta na mente do historiador como “reatualização”, portanto um fato de imaginação que em seguida é exposto sob a forma de discurso, e seria este o sentido mais preciso da sua famosa frase “toda história é contemporânea” (ARÓSTEGUI, 2002, p.136). Quando Lucien Febvre retoma esta frase mais tarde, em *Combates pela História*, ele estará lhe emprestando um sentido ligeiramente diferenciado: a História, como estudo cientificamente produzido, começa a ser elaborada a partir de um “problema” levantado no presente, de modo que cada Presente termina por reconstruir o Passado a cada operação historiográfica, mas, certamente, dentro de certos procedimentos que lhe trazem um caráter científico. Já com Benedetto Croce, a frase “toda história é contemporânea” implica em uma declaração de plena subjetividade do historiador, que reatualiza o Passado em sua mente, dá-lhe uma expressão criativa relacionável mais à Arte do que à Ciência, e por fim a expõe em forma de discurso. Em uma linha análoga e influenciada por Croce, viriam mais tarde as contribuições para a compreensão da natureza da História de Collingwood, com o seu *A Ideia da História*. Mas de todo modo, tal como já foi ressaltado, Collingwood situa-se em uma posição razoavelmente crítica ao comentar o ensaio datado de 1893 no qual Benedetto Croce enuncia pela primeira vez sua proposição de que a História é Arte. O debate segue adiante, e dificilmente se esgotará um dia. Se a História é de fato Ciência ou não, no fim das contas, eis aqui uma questão que interessa mais pelas reflexões que coloca em movimento do que pela esperança de encontrar respostas definitivas.

Referências

- ANDERSON, Perry. *Teoria, Política e História: um debate com E. P. Thompson*. Madri: Siglo XXI, 1985.
- ANKERSMIT, F. R. Historiografia e Pós-Modernismo. *Topoi - Revista de História*, mar 2001, p. 113-135 [original: 1989].

- ARÓSTEGUI, Júlio. “O Surgimento da Ciência da História” in *A Pesquisa Histórica - teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006. p. 100-138 [original: 1995].
- BAUER, Wilhelm. *Introducción al Estudio de la Historia*. Barcelona: Bosch, 1940 [original: 1024].
- BORDEAU, Louis. *L’histoire et les historiens: essai critique sur l’Histoire considérée comme science positive* Paris : Alcan, 1888.
- BRADLEY, F. H. *The Presuppositions of Critical History - Collected Essays*. Oxford: 1935.
- BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais: a longa duração” In: NOVAIS, F e SILVA, R. (orgs). *Nova História em Perspectiva*. São Paulo: Cosac e Naify, 2011. p. 86-121 [original: 1958].
- BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001 [original: 1942-1944]
- CERTEAU, Michel De. “A Operação Historiográfica” In *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.65-119 [original: 1974].
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p.65-119 [original: 1975].
- CERTEAU, M de. Une épistémologie de transition: Paul Veyne. *Annales ESC*. 1972, p.1317-1327.
- CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios e propostas. *Estudos Históricos*, n° 7, 13, Rio de Janeiro: FGV, 1994. p. 100-113.
- CHAUNU, Pierre. *Histoire, Science Sociale*. Paris: SEDE, 1974.
- CHLADENIUS. *Princípios Gerais da Ciência Histórica*. São Paulo: Unicamp, 2013 [original : 1752].
- COLLINGWOOD, R. G. *A Idéia de História*. Lisboa: Presença, 2001 [original: 1946; póstuma].
- CROCE, B. *Teoria e História da Historiografia*. Bari: Gius, Laterza & Figli, 1920 [original: 1917].
- CULLER, J. *On Deconstruction: Theory and Criticism after Structuralism*. New York: Cornell University Press, 1982.
- DILTHEY, Wilhelm. *Introduction to the Human Sciences*. Princeton: Princeton University Press, 1991

<http://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/ge/dilthey1.htm>.
[original: 1883].

DUBY, Georges e LARDREAU, G. *Dialogues*. Paris: Flammarion. 1980.

FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'Histoire*. Paris: A. Colin, 1965.

FONTANA, Josep. História dos Homens. Bauru: EDUSC, 2001 [original: 2000].

FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2002
[original: 1973].

GADAMER, Hans-Georg *Verdade e Método*. Petrópolis: Vozes, 2008.

GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1995
[original: 1959].

GARDINER, Patrick. *The nature of historic explanation*. Oxford: Oxford University Press, 1952.

GINZBURG, Carlo. « Sinais: Raízes de um paradigma indiciário » in *Mitos, Emblemas e Sinais - morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.143-179.
[original: 1979]

HALDANE, Richard Burdon. *The Meaning of Truth in History*. London: University of London Press, 1914.

HALPHEN, L. *Introduction a l'Histoire*. Paris: PUF, 1946.

HARTOG, F. “Les Historiens Grecques” in BURGUIÈRE, A (org). *Dictionnaire des Sciences Historiques*. Paris: PUF, 1986.

HEIDEGGER. *O Ser e o Tempo*. Petrópolis: Vozes, 1997 [original: 1927].

HEMPEL, Carl e OPPENHEIM, P. “Problems of the concept of general law” in DANTO, A, MORGENBESSER, S. (orgs). *Philosophy of Science*. Claveland: Claveland University Press, 1982.

HUIZINGA, J. *Sobre el estado actual de la ciencia histórica*. Madrid: Revista de Occidente, 1934.

HUIZINGA, Johan. *El concepto de Historia y otros ensayos*. Madrid: FCE, 1946.

HUIZINGA, Johan. El elemento estetico de las representaciones históricas. *Prismas*, Revista de História Intelectual, n°9, p. 91-107, 2005.

LACOMBE, Paul. *De l'histoire considérée comme science*. Paris: Hacette, 1894.

LAMPRECHT, Karl. *What is history? Five lectures on the modern science of history*. New York: Macmillan Co., 1905.

- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado - contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 [original: 1979].
- KULA, W. Histoire et Economie: la longue durée. *Annales ESC*. n°2, p. 294-313, mar-avril 1960.
- LE GOFF, Jacques (org). *La Nouvelle Histoire*. Paris: Retz, 1978 [*A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes, 1990].
- MEYER, Edward. *La Teoria y la Metodología de la Historia* in *El historiador y la Historia Antigua*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1965 [original: 1905].
- NORA, Pierre e LE GOFF, Jacques. *História: Novos Problemas. Novos objetos, novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988 [*Faire de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1974].
- POPPER, Karl. *A Miséria do Historicismo*. São Paulo: Cultrix, 1990 [original: 1935].
- REIS, José Carlos. “Da História Global à História em Migalhas: o que se ganha e o que se perde?” In: GUAZZELLI, Cesar et al (orgs). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: EDUEFRS, 2000. P.177-208.
- REIS, José Carlos. Tempo, História e Compreensão Narrativa em Paul Ricoeur. *Locus*, vol.12, n°1, jan/jul 2006.
- RICOEUR, Paul *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Papyrus, 1994 [original: 1983].
- SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995 [original: 1971].
- SCHILP, Paul Arthur (org.). *The Philosophy of Karl Popper*. Illinois: La Salle, 1974.
- SIMIAND, François. *Método Histórico e Ciência Social*. Bauru: Edusc, 2003.
- SPENGLER, O. *Anos de Decisão*. Porto Alegre, Edições Meridiano, 1941 [original: 1933].
- SPENGLER, Oswald. *A decadência do Ocidente: esboço de uma morfologia da História Universal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria - ou: um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 [original: 1978].
- VEYNE, Paul *Como se Escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 1983 [original: Seuil, 1971].
- VEYNE, Paul. *O Inventário das Diferenças*. São Paulo: Brasiliense, 1983 [original: 1976].

VEYNE, Paul; “A História Conceitual” in LE GOFF, J. e NORA, P. (orgs). História: Novos Problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

WEBER, Max. *A Objetividade do Conhecimento nas Ciências e Políticas Sociais* São Paulo: Ática, 2006 [original: 1904]

WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu e Sílvio Romero: um paralelo cientificista, *RIHGB*, Rio de Janeiro, a.152 n° 370, jan/mar 1991, p.265-274.

WHITE, Hayden. *A Meta-História - a Imaginação Histórica no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1972[original inglês: 1973].